

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

AUDIÊNCIA PÚBLICA 19MAI2011

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Ricardo Faertes): (Sem gravação no começo.) O Sr. Luiz Fernando Záchia, Secretário Municipal do Meio Ambiente, neste ato representando o Prefeito Municipal, Sr. José Fortunati; Sr. Adelino Lopes Neto, representante do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU; Sr. Rafael Lonzetti, engenheiro, Vice-Presidente do Sinduscon/RS. Prestigiam esta audiência pública os Srs. Vereadores Bernardino Vendruscolo, Sebastião Melo, Aldacir José Oliboni e Reginaldo Pujol; Sra. Andrea Oberrather, representante da Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre; senhores representantes de entidades vinculadas à preservação ambiental; empresários e profissionais que atuam no manejo de resíduos sólidos.

Convidamos para fazer uso da palavra a Exma. Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Boa noite a todos e a todas. Por favor, fiquem à vontade para se sentar às mesas aqui à frente; é uma alegria recebê-los aqui. A Casa está acolhendo uma temática bastante complexa, de difícil solução, mas de grande potencialidade, a partir da demanda da Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias. Quero agradecer muitíssimo a presença do Secretário Luiz Fernando Záchia; a presença do DMLU, do Adelino, sempre parceiro na busca de soluções; a presença do Sinduscon, do engenheiro Rafael Lonzetti – muito bem-vindo; e a presença de todos vocês. Nossa dinâmica é uma fala de quem propôs a audiência, de quem propôs o tema: pensamos em 20 minutos.

Registro a nobre presença dos Vereadores Bernardino Vendruscolo, Reginaldo Pujol e Sebastião Melo, a quem agradeço e recebo com carinho. O Ver. Oliboni estava aqui, e o Ver. Todeschini está na outra audiência.

A nossa ideia é que vocês apresentem a questão em pauta e que depois possamos ouvir o Governo Municipal e o Sinduscon, combinando 20 minutos; depois, mais 20 minutos para o Governo. Já de imediato, os senhores e as senhoras podem se inscrever com a

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

nossa Diretora Legislativa Adjunta para se manifestarem na tribuna na sequência das primeiras falas. Os Vereadores, a partir da primeira fala, indicam aqui a sua vontade de se manifestar. De imediato, passo a palavra ao Marcus Paulo Pozzobon.

O SR. MARCUS PAULO POZZOBON: Boa noite para todos os presentes. A minha saudação especial à Presidente da Câmara, Ver.^a Sofia Cavedon, que, com muito empenho, colaborou para esta Audiência; também ao Secretário Záchia e ao Rafael Lonzetti envolvidos nessa questão.

Senhores, eu falo em nome da Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias de Porto Alegre, que reúne 28 das 53 empresas de transporte de caliça em Porto Alegre. Juntas, essas empresas têm, aproximadamente, 1.600 caçambas e retiram uma média de 40 a 50 mil metros cúbicos de caliça/mês em Porto Alegre, o que representa em torno de 60% a 70% do total gerado pelo Município.

Existe um grande problema na cidade de Porto Alegre, que diz respeito à questão do resíduo da construção civil, resíduos sólidos em geral. Esse problema está diretamente ligado à questão da triagem e, principalmente, à destinação final desses resíduos.

Nos últimos meses, estivemos junto com a Presidente, com os associados, fazendo uma verdadeira caravana por diversos órgãos e entidades, dentre os quais SMAM, Sinduscon, DMLU e outros. Disso, resultaram duas grandes preocupações que são sempre objetos das nossas reuniões na Associação. A primeira grande preocupação diz respeito ao desconhecimento da gravidade do problema por algumas entidades que estão diretamente envolvidas. Para que se tenha ideia, em alguns locais que passamos, sequer se tinha conhecimento de que não existem locais para a destinação desses resíduos, e esse desconhecimento parte de entidades diretamente envolvidas com a questão, geradores e administradores públicos.

Hoje, existe apenas um local para descarte desse tipo de material em Porto Alegre. O que mais nos preocupa não é o desconhecimento, o que mais nos preocupa é a pretensão de alguns envolvidos em se eximirem de alguma responsabilidade que é de todos: do grande gerador, do pequeno gerador e do administrador público.

Para isso não precisa muito esforço, senhores, basta abrir a legislação e verificar. O Município é responsável pela destinação do resíduo do pequeno gerador e o grande gerador é responsável pelo resíduo produzido em suas obras. Nenhum deles,

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

infelizmente, tem se mostrado disposto a buscar uma solução efetiva para o problema, nós vemos um verdadeiro empurra-empurra e ninguém assume o problema. Para que se tenha uma ideia, em uma dessas reuniões com um dos Departamentos Municipais responsáveis pela limpeza da cidade de Porto Alegre, escutamos que a Prefeitura não teria uma área e, muito menos, operaria essa atividade de aterro na Cidade, porque isso não era uma responsabilidade da Prefeitura.

A bem da verdade, senhores, os geradores, em geral, sejam eles grandes, sejam eles pequenos e a Administração Pública, deixaram a bomba na mão dos transportadores, os que, ao fim e ao cabo, são autuados, multados e têm os seus caminhões recolhidos.

Concluindo, já que me coube apenas dar um início, aqui nesta noite, a gente espera que a manifestação, acima de tudo, seja um alerta para todos os envolvidos que, queiram ou não, são diretamente responsáveis pela geração e destinação desses resíduos. Acima de tudo, espera-se dos geradores, mas mais do que isso, espera-se da Prefeitura que se empenhe na remediação e na solução desses problemas, da mesma forma que se empenha na fiscalização da atividade de transporte.

A Adriane vai expor algumas questões depois, mas a própria Lei traz diversas soluções. Existem linhas de crédito de incentivo federal para a busca de recursos para implantar essas áreas em Porto Alegre.

O que se precisa é de um pouco mais de mobilização, de um pouco mais de interesse. De inerte, já chegam os nossos resíduos, senhores.

Muito obrigado, uma boa-noite.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Adriane está com a palavra nos próximos 12 minutos.

A SRA. ADRIANE ALVES: Boa noite a todos, Presidente da Câmara de Vereadores, e em seu nome cumprimento os demais; colegas da Prefeitura, pessoal da Associação dos Transportadores e demais representantes.

Eu trouxe aqui uma fala, vou tentar ser breve, apesar de que, quando se fala na questão técnica, normalmente, se leva algum tempo; como temos pouco tempo, então, vamos tentar resumir, de forma que passemos a vocês a nossa ideia a respeito da destinação final dos resíduos da construção civil na nossa Cidade.

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

Contextualizando, rapidamente, nós sabemos que a nossa Cidade está em crescimento e hoje é um grande canteiro de obras. Temos obras do PAC, obras de habitação, obras que vêm para a melhoria e o crescimento da Cidade, obras para a Copa de 2014, e todas essas obras – todas as atividades que executamos -acabam gerando, de uma forma ou outra, resíduos sólidos, e, no nosso caso, resíduos sólidos da construção civil.

Com o advento da Resolução nº 307, do Conama, promulgada em 2002, nós temos hoje a definição desses resíduos como sendo provenientes de reformas, construções e demolições, escavações de terrenos, etc. Essa Legislação impõe a questão da responsabilidade, do respeito pelo material e proíbe a disposição em bota-fora, muito utilizado antigamente. Então, essa Legislação vem no sentido positivo, trazendo legislações e demais sistemas de planejamento que hoje são necessários, acompanhados pelo órgão ambiental.

Para terem uma ideia, hoje, o percentual de resíduos da construção e demolição representa 61% – isso em quase todos os Municípios, em massa –, com relação ao domiciliar, que é o mais comum, que é o gerado nas nossas residências. De reformas e demolições, 59% contra 20% de novas residências; prédios novos, 21%.

Porto Alegre hoje gera, em média, 450 toneladas por dia, e essa geração vem crescendo com o tempo. Nós temos um total mensal de 11 mil, aproximadamente, e o anual de 182 mil toneladas por ano. É muito resíduo!

Considerando que em cada construção nós temos um acréscimo de 0,49% desse resíduo, anualmente, esse montante de construções que vêm acompanhando a Cidade, vocês podem ver que vão acabar influenciando de uma forma positiva, mas de outra forma com o incremento na geração de resíduos, o que é bastante preocupante.

Em unidades comerciais, que são *shopping centers* de maior porte, essa quantidade é ainda mais assombrosa: ela acrescenta, a cada ano, 4,97% – quase 5% – a cada unidade construída. Então nós vemos que, daqui a algum tempo, quanto mais obras se construírem, mais a nossa demanda irá aumentar.

Sabemos hoje, como o Marcus acabou de falar, da questão da responsabilidade da Prefeitura e da sociedade como um todo. Não viemos aqui nos eximir do problema, e, sim, tentar apresentar uma proposta, uma alternativa, hoje, sustentável ambientalmente e até economicamente, para não continuar dessa forma. A nossa tentativa é de que não exista essa briga do Poder Público e da iniciativa privada, pois todos têm que se unir para

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

dar um destino adequado ao material, e que esse destino, preferencialmente, seja sustentável ambientalmente.

O cenário atual. Hoje, a Prefeitura trabalha muito mais com a questão dos pequenos geradores, promovendo o projeto de ecopontos, que é um projeto importante. Estima-se hoje – existe um na Zona Sul, na Zona Norte ainda não -, estima-se, segundo o que é publicado no *site* do DMLU, que terá um acréscimo, até o final do ano, de cinco unidades. Já quanto aos grandes geradores, que são o nosso “calcanhar de Aquiles”, hoje são o nosso maior problema, nós temos essa disponibilidade apenas numa região da Cidade, o que inviabiliza a questão de logística do processo.

Então, para vocês terem uma ideia de como é que o transporte pode se deslocar da Zona Norte à Zona Sul, se as obras em crescimento estão Centro-Sul? Essa é uma tendência na Cidade. Então, para fazer esse deslocamento, problemas de logística interferem no tempo e chegada até os locais de destino final adequado.

Nós sabemos que antigamente existia o aterro de inertes da Serraria que recebia uma boa parte desses resíduos da Zona Sul... Não estou aqui defendendo, de forma alguma, que esse aterro deva continuar, até porque sabemos que existe uma série de problemas em nível ambiental e com relação também ao Ministério Público. Estamos defendendo, sim, que, na Zona Sul, tenha um local ou que tenha uma concentração, uma central de triagem ou de beneficiamento de resíduos da construção factível para poder receber os resíduos da construção civil nessa região.

Então, o que essa extinção do aterro ou a falta de unidades para disposição dos resíduos nesta região acarreta? A quantidade de focos que vocês podem presenciar, que pode ser o problema, isso vem degradando ambientalmente o meio ambiente, principalmente na Zona Sul, que é considerada uma Zona onde tem mais índices de preservação ambiental. Então a situação é preocupante.

A nossa proposta vem trazer aqui uma coisa que não é a reinvenção da roda, e, sim, a possibilidade de se implantar, no Município, uma unidade de beneficiamento dos resíduos da construção civil. Eu estou utilizando, para fins, como sempre – a primeira coisa que se vê é a questão financeira –, estou utilizando para fins hipotéticos, estimando que o Município, hoje, gastaria cem mil ao mês para fazer o recolhimento dos focos que hoje são destinados em vários pontos da Cidade. Essa unidade teria 25% a menos de custo

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

para o Município se fosse implantada. Isso foi tirado de alguns outros dados de pesquisa e de unidades já implantadas em vários Municípios em nível de Brasil.

Então, o que é essa unidade? Essa unidade, basicamente, promove a britagem do material, e transforma esse material, antes resíduo, num produto, que seria o agregado; esse produto pode ser reincorporado depois na própria construção civil.

Existem diversos tamanhos, formas e custos para esse material, para aquisição dessa unidade. Eu vou só colocar alguns, porque também o meu tempo é breve. Então, essa unidade, essa central faz parte do Projeto de Lei, ela é colocada como sendo uma das alternativas para resolver a questão da gestão dos resíduos, além de que, comparada a outros métodos que geram passivos ambientais e desperdícios, essa, por outro lado, promove a reciclagem, o reaproveitamento de alguns materiais, geração de trabalho e renda. Resultando em quê? Na sustentabilidade ambiental, num ganho econômico e ambiental.

Então, existem várias etapas do processo, eu não vou listar todas para vocês, porque senão o meu tempo vai estourar. Para se conseguir isso sempre calcado na questão de projeto de engenharia, de licenciamento ambiental. Não queremos fazer nada que não esteja dentro da Lei.

Isso aqui eu vou pular porque não vai dar tempo.

O beneficiamento. Como está implantado no mundo? Vários países já aderiram, essa é uma tendência mundial e também nacional. Alguns desses municípios têm unidades, que são feitas em parceria com associações de transportadores, outros são somente da Prefeitura. Então, para vocês visualizarem. O produto. Uso sustentável dos recicláveis. Esse produto final, obtido a partir do beneficiamento. Então, nós podemos reincorporar no processo, principalmente, em obras públicas, reduzindo o custo com os canos, reduzindo o custo com calçamento. Reduzindo custos. Existe uma estimativa que pode ser bastante variável, dependendo do porte e da geração, podendo chegar até um milhão. E outros instrumentos legais e jurídicos que vêm sendo apoiados em outros municípios e implantados.

Nós queremos trazer aqui a palavra reciclar, que é reintroduzir o ciclo. E está escrita dessa forma para chamar a atenção do que é o princípio da reciclagem. O que nós queremos com isso? A mudança no olhar. O *lix*, que vem do Latim, pode ser transformado também em luxo. Muito obrigada. (Palmas.)

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Convido, para fazer uso da palavra, o Eng. Rafael Lonzetti, Vice-Presidente do Sinduscon.

O SR. RAFAEL LONZETTI: Boa noite a todos, cumprimentos à Sra. Presidente da Câmara, Ver.^a Sofia Cavedon; e aos demais participantes. Venho aqui representando o Sinduscon, e eu só queria fazer alguns posicionamentos com relação à nossa atividade e, na verdade, venho também representando o nosso associado.

Hoje, as empresas que participam do Sinduscon atendem à Lei nº 10.847, na medida em que elabora o projeto de gerenciamento de resíduos da construção. É evidente que o nosso setor está extremamente preocupado com o destino do resíduo sólido, ele na verdade, é um custo. Hoje, para que vocês tenham uma ideia, as nossas obras segregam esse material, separam o material e, dentro do possível, na grande maioria, a gente procura utilizar o classe A dentro da própria obra, em aterros, enfim. É importante salientar também que a gente participa também da bolsa de resíduos, que é um programa da FIERGS, é um *site* virtual onde se compra, se vende e se troca materiais da construção civil. Também saliento a importância do papel dos transportadores de calça, que fazem parte, são integrantes desse processo, e, realmente, estão evoluindo e têm o maior interesse e comprometimento em dar o destino correto aos resíduos sólidos, mas enfrentam, como nós, o grande problema da falta de área de destino final dos RCC.

Hoje Porto Alegre tem uma área licenciada, que é a área da Ábaco, que é uma associada da Sinduscon, está tentando aumentar a sua área. O que realmente nos preocupa é, exatamente, o grande número de obras que estão por vir, de acordo com o que a gente pôde ver com a apresentação do pessoal dos transportadores, e nós entendemos que o Poder Público deve ser mais ativo, deve contribuir mais, deve ter uma efetiva participação na busca dessas áreas. O Sinduscon está no intuito e se propõe a contribuir nessa solução. Eu acho que nós todos devemos buscar uma alternativa. Nós entendemos que o Poder Público tem que buscar essas áreas, ele precisa captar essas áreas. E, para concluir, é importante salientar que, hoje, 70% do resíduo gerado – se não esse percentual, próximo desse percentual – são de obras informais. Esse é o grande problema que nós enfrentamos hoje na Cidade. Muitas vezes se vê resíduos espalhados na Cidade, e é isso que realmente precisa ser combatido. Então a ideia é que se

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

busquem alternativas para que isso possa ser eliminado. Era isso que eu queria colocar, e fico à disposição, Presidente, para algum questionamento. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Com certeza. Muito obrigada, Rafael. Depois da fala dos cidadãos aqui presentes, volta a palavra para cá. Eu quero registrar a presença do Mário Celi, nosso colega do Município, mas que hoje exerce a importante função de Secretário de Limpezas Públicas de São Leopoldo.

O Secretário Záchia está com a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA: Cumprimentado a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, cumprimento todos os senhores e senhoras, todos os representantes da Associação dos caçambeiros, do Sinduscon, Adelino, Diretor do DMLU. Primeiro eu quero saudar a iniciativa. O Parlamento retoma uma discussão, Ver. Bernardino, Ver. Sebastião Melo, extremamente importante, por vezes e por tempos, esquecida. Primeiro existe, e aqui o trabalho apresentado mostra com clareza as demandas mensais e anuais que nós temos hoje de RCC, de Resíduos da Construção Civil, na cidade de Porto Alegre. Aproximadamente, há uma pequena divergência nos números, mas em torno de 75 mil toneladas/ano. É o que produz, com naturalidade, com o crescimento econômico do Brasil, com cada vez mais o aquecimento da construção civil: produz-se 75 mil toneladas. Nós não estamos considerando, nós não estamos incluindo as ditas obras da Copa do Mundo. Nós não estamos falando da demolição do Estádio do Grêmio, nós não estamos falando da demolição do Eucaliptos, nós não estamos falando, Ver. Sebastião Melo, da demolição do Beira Rio, das arquibancadas. Por mais, Adelino, que o Internacional esteja reaproveitando, há o resíduo. Nós não estamos falando da possibilidade do metrô, que é uma possibilidade cada vez maior na cidade de Porto Alegre, e vai gerar cada vez mais lixo inerte, isso vai gerar cada vez mais RCC. E nós estamos envolvidos nesse problema. Eu assumi a Secretaria do Meio Ambiente no início de fevereiro de 2011; faz, portanto, três meses, três meses e pouco. E eu recebi a Associação dos caçambeiros há dez dias. Em nenhum momento a Associação dos caçambeiros procurou a SMAM, a não ser há dez dias. E a SMAM tem a função única de licenciar. É função da SMAM que nós possamos... de uma maneira conjunta, responsável, a sociedade de Porto Alegre, os geradores, o Sinduscon, que tem

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

responsabilidade. O Sinduscon gera as grandes obras, constrói as grandes obras, gera resíduos, são os grandes geradores, evidentemente que tem responsabilidade. O Município tem responsabilidade, os pequenos geradores também. E o próprio Adelino vai se referir a isso na sua fala, do trabalho, já dito aqui dos ecopontos, mas, enfim, a Prefeitura tem tido essa responsabilidade. Mas nós temos que ter a responsabilidade e o cuidado de não começar a dizer: não, mas a Associação dos caçambeiros, em que alguns envolvidos se eximem, em que alguns envolvidos... Não, todos nós. Eu posso e olho a Associação e olho seus representantes e todos os seus participantes e digo: a Associação não tinha procurado a SMAM, e a SMAM trata dessa matéria desde que assumi. Estive lá no Sinduscon no início do mês de fevereiro, recém assumido, sentei com eles e disse: esse é um problema extremamente sério! Nós temos que ter responsabilidade, porque as praças de Porto Alegre, Ver. Bernardino, servem, hoje, como depósito de lixo inerte, por absoluta falta de lugar. Os senhores não têm onde colocar, vão atravessar a Cidade e ir até Canoas? Deixa de ser competitivo, nós temos esse entendimento. Mas nós temos que ter a responsabilidade de encontrar alternativas e lugares. Procurei o Sinduscon, levando a preocupação; sentei com o Ministério Público – e é uma pena que o Ministério Público não tenha aqui representante -, com o Dr. Alexandre Saltz, para que nós pudéssemos – e vamos, ainda, tenho essa expectativa – equacionar, junto à Pedreira do Zocolotto, porque há uma decisão judicial para que possam fazer a utilização da casa. E entraram – está aqui a minha Supervisora, a Dra. Marília – como prioridade 01 dentro da SMAM, com o termo de referência e com a solicitação do licenciamento do aumento da mineração, porque é uma operação casada. Nós temos que entender – e este é o grande objetivo, e isto foi apresentado, isto foi dito, lá na reunião da SMAM, com a Associação dos Caçambeiros, onde estavam presentes o Dr. Marcus e a Presidente da Associação, na ocasião, que, nesse processo, a decisão judicial determina que tem que fazer o preenchimento, a recuperação, utilizando essa casa, para que se possa colocar lá o lixo inerte. E o empreendedor, que é o dono da área, entrou com uma solicitação para que haja o equilíbrio econômico dessa operação e que ele tenha o aumento da área de mineração. Nós estamos fazendo a tramitação da possibilidade do licenciamento, e ele colocaria no pé do morro essa usina de reciclagem. Essa operação é perfeita, pois é uma operação que equaciona, nos daria uma condição, quem sabe, de tratarmos e cuidarmos, com tranquilidade, por um período de 20 anos.

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

Porto Alegre, ao menos na Região Sul da Cidade, como foi bem dito aqui, é a Região onde as obras da Copa, Centro-Sul, vão acontecer, mas isso, por mais prioridade que nós dermos – e estamos dando prioridade – não se decide de uma hora para outra.

Com relação ao licenciamento, há uma participação conjunta do Ministério Público, nós temos que obedecer a diversos procedimentos, e, evidentemente, isso demanda tempo. Mas a Cidade não pode ficar parada. Nós não podemos, cada vez mais, constatar que esse problema está aumentando. Bom, hoje, a Ábaco Ipiranga – e isso também foi dito aqui – entrou com uma solicitação, lá na SMAM, do licenciamento da extensão da sua área. Bom, é na Zona Norte, mas já nos equaciona boa parte da cidade de Porto Alegre. Quer dizer, já começamos a ter uma possibilidade, porque tínhamos o medo. Se não houvesse essa solicitação de licenciamento para aumento da área, que se pudesse aí, então, ver se tem uma capacidade de mais um ano. Isso nos dá uma tranquilidade, também, de que está sendo realizado.

Então, eu faço um apelo a todos e digo que esta discussão é extremamente oportuna, mas todos nós também temos que participar do processo. Não adianta simplesmente trazer os problemas. A SMAM está aberta. Qual é a função da SMAM? É licenciar as áreas propostas. Todas aquelas áreas que levarem para a SMAM, nós estaremos analisando, de uma forma prioritária, e estudando a possibilidade do seu licenciamento. Hoje, tem duas alternativas tramitando dentro da SMAM: essa da extensão da Ábaco Ipiranga, que, felizmente, é um processo mais rápido; e a outra, da Pedreira do Zocolotto, que é um processo mais lento, que entrou há 15 dias, mas há uma ação conjunta da SMAM, do Poder Público, do Ministério Público, para que nós possamos equacionar, porque há consenso de todos. A preocupação dos senhores e das senhoras, que é absolutamente legítima, é a nossa preocupação, senão nós estaremos envolvidos num problema extremamente sério, porque não existe lugar para colocar.

Claro que nós sabemos, Vereadores, que a Associação dos Caçambeiros presta serviços para os grandes geradores, que representam, no máximo, 30%, 40%. Mas nós, Poder Público, convivemos com 100%, nós convivemos com aquela pequena reforma, que é o carroceiro que busca, que vai lá, carrega, e larga na primeira praça, ou na primeira esquina, ou na primeira rua. E aí, o DMLU faz o recolhimento, e o próprio DMLU também não tem onde colocar. É um problema de todos nós, é um problema da sociedade. As pessoas estão – felizmente há uma ascensão das classes sociais – com um melhor poder

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

aquisitivo, estão podendo comprar, reformar as suas casas, fazem as pequenas obras, e essas obras geram também o RCC, o lixo inerte, que é carregado pela caminhonete, pela carroça, mas que é depositado na nossa Cidade. Vejam, também temos o problema; felizmente, os senhores e as senhoras são mais organizados, existe uma associação que tem uma relação com os grandes geradores. Agora, tem que haver, Rafael, também, uma participação ativa do Sinduscon; não podemos olhar e dizer: é problema do Poder Público somente. O Poder Público é parceiro, tem responsabilidade e está cumprindo, dentro das suas limitações, a responsabilidade, mas nós não temos o banco de dados das grandes áreas. Nós temos as condições de fazer o que estamos fazendo, de priorizar a possibilidade do licenciamento; agora, as grandes áreas, foi mostrado aqui, é um negócio econômico. Quer dizer, tem que ter o local de triagem e o próprio reaproveitamento no mesmo local. Isso passa a ser uma atividade econômica absolutamente lucrativa. Quer dizer, será que a iniciativa privada não tem essa visão? Será que a iniciativa privada também não tem esse desejo? Será que o Sinduscon e a Associação dos Caçambeiros não podem liderar um processo nesse sentido? Não tenho a menor dúvida de que terão a capacidade e a condição de encontrar uma grande área, e a Prefeitura e o Poder Público, na sua responsabilidade, vão licenciar de uma maneira prioritária e equacionar os problemas. Mas, enquanto isso não acontece, enquanto os senhores não acham essa grande área, estamos fazendo a nossa função: licenciar a Ábaco Ipiranga, tentar equacionar um problema da Zocolotto, que está há mais de dez anos trancado na Justiça e no Ministério Público. Estamos extrapolando a nossa função, para equacionar um problema que é de todos nós. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Adelino está com a palavra.

O SR. ADELINO LOPES NETO: Sra. Vereadora, Presidente desta Casa; Srs. Vereadores, representantes do Governo e das entidades presentes, boa noite. Eu ouvi o primeiro orador, e depois ouvi a exposição que nos foi feita. A impressão que me deu é a que exposição foi a resposta ao que foi dito pelo primeiro orador. Gostei muito da sua apresentação, ela é a resposta, item por item, a tudo que foi dito pelo primeiro orador.

Porto Alegre faz, e a Prefeitura faz, sim, a coleta e a destinação dos pequenos geradores, que é a sua obrigação legal. Agora, Porto Alegre teve, até este mês, sempre um aterro de

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

inerte, bancado, administrado, gerido pela Prefeitura, gratuitamente. Sempre fez. E o que existe hoje, que é da iniciativa privada, foi licenciado e iniciou a operação com o apoio técnico do DMLU, e ainda trabalha e ainda recebe. Então, nunca houve, em Porto Alegre, uma ocasião em que não tivéssemos, no mínimo, um aterro, muitas vezes gerido e bancado pela Prefeitura, além da sua obrigação legal.

Posto isso – e acho que o resto já foi respondido pela apresentação, que foi brilhante -, eu quero dizer que em julho, agora, deve fechar cinco anos que eu estou no DMLU, e tenho recebido os nossos amigos mais de uma vez por ano, normalmente, e temos discutido isso. A Associação dos Caçambeiros tem um problema, e nós também temos, temos que dar um destino para o pequeno gerador, que é pequeno, individualmente, mas que é grande no conjunto. Temos um problema do tamanho do de vocês, talvez maior. E tem ficado claro nas nossas conversas, desde o princípio, que cada vez mais as exigências ambientais são maiores, e que o gargalo ia ficar cada vez mais estreito para se conseguir uma área e para administrar esse tipo de aterro, que tem, cada vez mais, exigências técnicas mais apertadas. Mesmo quando o DMLU tinha dois aterros administrados e bancados pelo Município, nós tínhamos a reivindicação de que se encontrasse saída, porque o problema maior dos caçambeiros não é a destinação do inerte – e vocês sabem disso. É a triagem e a separação do que vocês recebem. Isso é atividade privada. Isso não é do DMLU. Nós nos propusemos algumas vezes, inclusive fizemos alguns estudos em conjunto, para ver se conseguimos ceder uma área lindeira à que nós operávamos, para que vocês fizessem essa triagem, porque isso é da iniciativa privada, isso não é do Município. O Município não pode triar a matéria que vocês recolhem para dar destino depois. Não posso por catadores ou contratar pessoas para dentro da unidade pública no serviço privado.

Vai ficar pior, vai ficar mais apertado, porque as exigências são cada vez maiores, e as áreas cada vez mais difíceis.

Além do aterro privado, que hoje funciona e recebe material contanto que seja triado, existe solução técnica viável e comercialmente viável também. O Internacional está fazendo uma obra muito grande e há muito concreto. Não tem problema, e não nos solicitou. Não teve problema. Tem uma unidade britando e utilizando esse material. E quer saber? Nós, do DMLU, hoje, estamos achando que essa é a saída para o nosso problema. Nós achamos que será cada vez mais difícil conseguir áreas e que será mais

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

complicado e mais caro operar uma área dessas. Estamos hoje dirigindo as nossas cabeças pensantes do DMLU para essa direção: nós teremos que instalar uma unidade de britagem, de triagem para reutilizar esse material, que, primeiro, economicamente se viabilize, e, segundo, para o meio ambiente é um grande ganho.

Perdoe-me meu amigo, mas o Poder Público não está inerte, não. E todos os caçambeiros que estão aqui sabem disso, porque nós temos conversado e posto à disposição, inclusive hoje, espaço para receber isso. Agora, é uma dificuldade que é de vocês, é nossa, é da Cidade e, se não trabalharmos em conjunto, separados será muito mais difícil. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Partimos agora para as manifestações de Vossas Excelências. Vamos combinar o tempo de cinco minutos.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Secretário do Meio Ambiente, Luiz Fernando Záchia, também representando o Prefeito José Fortunati; Sr. Adelino Lopes Neto, representando o Diretor-Geral do DMLU, Mário Moncks; Sra. Adriane Alves e Sr. Marcus Pozzobon, e também Engenheiro Rafael Lonzetti, representando o Sinduscon.

Sra. Presidente, primeiro, eu preciso justificar a minha inscrição rapidamente, em razão de outro compromisso, até porque vejo que o PMDB está bem representado: o Presidente do Metropolitano, Ver. Sebastião Melo; este Vereador que vos fala; o Diretor do DMLU, PMDB; o Secretário da SMAM, PMDB; então, posso sair sem ficar com a consciência pesada. E a Presidente da Casa...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Representando os demais Partidos.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Representando o Partido dos Trabalhadores, mas, no fundo, representando toda a Casa, todos os demais.

Eu acho que a Audiência Pública se presta exatamente para o que está ocorrendo aqui neste momento: falar abertamente. Eu gostei muito da apresentação da Adriane, porque

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

nós estamos muito acostumados às reclamações sem a apresentação de uma possibilidade, vamos dizer assim, como sugestão. Parabéns!

Surpreende-me o registro do nosso Secretário Záchia, de não haver essa demanda lá na SMAM. Quero cumprimentar a todos os senhores, vejo que conheço vários pelo nome – o Milionário, o Ivan –, enfim, todos se sintam cumprimentados. Presidenta, a participação do Ministério Público é de suma importância. Tenho dito que o Ministério Público, nos últimos tempos, evidentemente, tem participado de trabalhos que esta Casa faz. É necessário, e temos tido bons progressos, porque sair do prédio do Ministério Público e ir lá na ponta, sentir a sociedade, os seus problemas, com certeza, o Ministério Público estará nos oferecendo o melhor trabalho. Quero insistir com essa cobrança porque tenho certeza de que o Ministério Público foi convidado e essa é uma área muito crítica, e é impossível progredirmos se não tivermos a participação do Ministério Público. Quero fazer este registro e insistir com essa condição que vejo como de extrema necessidade, a de o Ministério Público acompanhar todos os debates. O Ministério Público não pode ficar ausente. Vejo um representante do Ministério Público, o Dr. da Camino, se não me falha a memória, abanando-me. O Ministério Público não pode ficar ausente também desta reunião, que é de suma importância porque trata do recolhimento dos resíduos aqui em Porto Alegre. Por isso, quero cumprimentar a todos. Acho que esta audiência, Ver. Sebastião Melo, é a primeira de tantas outras que haveremos de fazer. Tenho participado de algumas reuniões com alguns líderes desse segmento e sei das dificuldades. Não é de hoje que os senhores vêm reclamando; é de muito tempo, desde a época em que estávamos tratando do projeto do regramento das caçambas, os senhores cobravam dos Vereadores desta Casa, deste Vereador, que nós tínhamos que tratar de um local adequado para o destino dos resíduos.

Então, quero, Presidenta e demais participantes, dizer que tenho o sentimento de que, com a vontade aqui demonstrada pelo Secretário Záchia, pelo Adelino, que representa o DMLU, e pela vontade dos senhores, do Sinduscon, não está longe nós encontrarmos uma solução. Agora, o Ministério Público tem que participar destas reuniões! Não nos adianta encaminhar um trabalho todo, e o Ministério Público atalhar o caminho e nos complicar a vida lá na frente. Eu insisto com a premissa de que o Ministério Público deve participar, de todas as reuniões, de todos os encaminhamentos, porque, daqui a pouco, nós podemos estar encaminhando outros procedimentos, sem o apoio do próprio órgão

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

fiscalizador. Para finalizar, quero dizer que, se os Vereadores desta Casa não estivessem preocupados com este assunto, nós não estaríamos presentes nesta Audiência Pública – pensem nisso. Não vejo nenhum Vereador, aqui, que não esteja preocupado; os Vereadores que aqui não estão é porque estão em outras atividades. Quero me somar à vontade dos senhores, de resolver esse problema na Cidade. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Bernardino. Endossando o que o Vereador está falando, este tema será tratado numa 5ª Temática, na Semana do Meio Ambiente da Câmara. A Adriane, com um pouquinho mais de tempo, trabalhará esse tema com o conjunto dos Vereadores. Então, conforme a tua sugestão, de maior envolvimento com o MP, nós vamos convidá-los para fazer parte da Mesa.

O Sr. Denis Beauchamp, do Grupo Eco-2009, está com a palavra.

O SR. DENIS BEAUCHAMP: Boa-noite. Sra. Presidente, Sofia Cavedon; membros da Comissão, muito obrigado por me darem a oportunidade de eu dar a minha opinião sobre este assunto. O nosso grupo refletiu sobre esse aspecto, e olhando sobre o aspecto que não é tratado aqui, que é a questão do aquecimento global e a mudança climática. Todo mundo sabe que na Sexta-Feira Santa, a mudança do tempo quase atrapalhou o espetáculo da ascensão de Jesus Cristo, aqui em Porto Alegre, por causa do temporal. O bairro Cidade Baixa foi invadido pela água. E todo mundo sabe o que aconteceu em São Lourenço e em Igrejinha, que cada vez mais são atingidas, pela violência das enchentes nas estações primavera e outono naquelas regiões. Uma das propostas que eu faria em relação a isso, que tem a ver com a questão dos resíduos sólidos da construção civil, é que seria interessante abrirem as calçadas que não permitem, principalmente na Cidade Baixa, a evacuação rápida da água. Então, como esses fenômenos vão aumentar, seria importante abrir, entre as casas e a calçada, uma faixa que permita a evacuação da água. Podemos recuperar esses pavimentos e refazer as calçadas de Porto Alegre. A nossa preocupação é com os resíduos sólidos, que se chama de pequeno gerador; e hoje aprendi que o DMLU quer fazer cinco ecopontos – hoje há dois, se não me engano –, e o Adelino nos dá respostas a esses elementos.

Eu acho que é importante que, dentro desses ecopontos, sejam colocados os ecobairros: pessoas que por intervirem nas questões do bairro, podem, particularmente, resolver

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

outro problema que é a questão da pichação; permitir que sejam colocadas trepadeiras ao longo das casas, e outras coisas, para impedir as pichações.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Denis, eco?

O SR. DENIS BEAUCHAMP: Ecobairro. Onde poderia ter agrônomo, paisagista, pedreiro, para fazerem essas intervenções, tanto quanto a questão do lixo, como do resíduo sólido da construção civil. Um dos elementos que poderia servir, e isso o Adelino já deu uma boa resposta a esses elementos, seria o de se aproveitar os resíduos de construção civil, da responsabilidade municipal, que é do pequeno gerador, e transformá-los em tijolos, que poderão servir para a construção das casas do DEMHAB. A Prefeitura poderá usar esses elementos.

Outro elemento que considero importante, que são os problemas dos lixões que estão aparecendo ao longo da Cidade. São 300 pontos conhecidos, e alguns deles, por exemplo: o Morro Santa Tereza, onde há escavações e onde as pessoas colocam utensílios domésticos, como sofás, e outras coisas. Seria interessante colocar essa brita e fazer patamar, que serviria para fazer hortas comunitárias, reusando adubo gerado na Lomba do Pinheiro. Poderão fazer, pela primeira vez, uma mistura da classe média com as pessoas mais humildes dentro desses bairros. O obviamente, não sei, não posso qualificar a quantidade que poderá servir, mas o resultado disso será muito positivo. Então, é isso que eu queria apresentar para vocês como proposta para aproveitarmos os resíduos da construção civil. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Denis.

O Sr. Sergio Amaral, da ONG Solidariedade, está com a palavra.

O SR. SERGIO B. AMARAL: Boa-noite a todos, eu saúdo a Ver.^a Sofia em nome de todos os demais Vereadores; e o Adelino e o Secretário Záchia, em nome do Executivo; a Associação dos Transportadores e o Sinduscon, com o qual a gente já teve contato sobre a nossa luta, o nosso projeto que também vai à mesma linha da proposta da Associação. Nós não sabemos se é possível fazer agora uma apresentação, mas, a gente quer falar. Mas, o que a gente quer hoje é complementar, trazer mais elementos para essa

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

discussão, e, talvez, lembrar algumas pessoas, porque já faz mais de dois anos, o ex-Deputado Záchia ainda não era Secretário: nós viemos a esta Casa em 2009, quando da votação do Programa Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, que o Executivo encaminhou para a Câmara – o PLE nº 043/2008. Ele foi votado em novembro de 2009, e nós, naquela oportunidade, viemos aqui com a apresentação do projeto, explicando da importância, da necessidade de que nós tenhamos resíduos e nós possamos utilizar esses resíduos agregando o valor social, gerando trabalho e renda, e não apenas utilizando resíduos como aterro, como levantamento de cota de terreno ou como entulho. Esse resíduo, como a apresentação da Associação mostrou, em vários Países é um resíduo muito rico, hoje em dia até se disputa esse resíduo. Então, nós já em 2001, lá na nossa Região – inclusive, quero saudar a nossa Conselheira Jurema que está aqui presente, do Orçamento Participativo do Cristal; o nosso Eduino de Mattos militante da questão ambiental lá do Conselho do Plano Diretor e os membros da Solidariedade que estão aqui; também o Denis, que é um conhecido nosso e já nos visitou, já nos conhecemos -, conseguimos sensibilizar a Câmara e aprovamos uma Emenda que determina que a prioridade na destinação dos resíduos da construção civil deverá ser para a destinação que agregue valor social, gere trabalho e renda para famílias em vulnerabilidade social. Então, temos que levar em conta isto, porque é um problema para a Cidade, agora nós queremos que esse problema seja transformado não apenas numa solução, não apenas para um segmento “a”, “b” ou “c”, mas que ele traga valor social, que traga trabalho e renda, e é isso que essa Câmara entendeu e aprovou. Ainda agora há pouco, o Ver. Sebastião Mello comentava do que ele tinha se posicionado a respeito, favoravelmente, e foi aprovada; não só essa Emenda. Também propusemos à Casa, que aprovou, a Emenda no Programa Minha Casa Minha Vida de Porto Alegre, Programa que foi aprovado também na mesma ocasião, naquele fim de 2009. O que o Programa diz? Que será dada a prioridade aos resíduos para a construção de habitações que contenham resíduos provenientes da reciclagem, portanto, tem ai um ambiente legal que permite que se utilizem esses resíduos muito além de depositá-los em algum local ou levantar a cota de terrenos. Então, eu não vou me ater à apresentação, apenas vou passando enquanto falo.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

O SR. SERGIO B. AMARAL: Dizer também que essa semana, no Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano e Ambiental, nós assinamos um documento que vai ser encaminhado ao Prefeito, pedindo que se regulamente aquela Legislação de 2009, para que ela possa dar esse detalhamento que precisamos para regular essas questões, essa problemática. Portanto, é uma preocupação que estamos tendo hoje, e acho que é uma preocupação da Prefeitura, é uma preocupação de todos.

O Prefeito, ontem, esteve na nossa região, lá no Cristal, e confirmou uma demanda que já tínhamos, que qualifica o espaço que agora aqui vocês estão vendo. É um local que foi oportunizado pela iniciativa privada, porque a região Cristal precisava gerar renda, uma vez que havia a ideia de ir um *shopping* para lá, como, de fato, hoje já é uma realidade. Naquela época, a nossa visão era de que tinha que gerar trabalho e renda e tentar atingir, principalmente, aquelas pessoas que estão na rua, que estão transportando resíduo como animais, puxando carroças, um trabalho digno, mas que precisa ser qualificado, inclusive ao encontro da Lei do Ver. Sebastião Melo, que a propôs nesta Casa.

Aqui estou mostrando quais são os desafios desse Projeto para a nossa região, como inserir esse pessoal, Ver. Sebastião, num projeto coletivo, porque alguns trabalham em cooperativas, mas outros trabalham individualmente e têm dificuldade de trabalhar coletivamente. Então, esse é um desafio do Projeto.

Outro desafio é saber como preparar outros trabalhadores para o desenvolvimento econômico da região, o que, na realidade, já estamos fazendo lá, dentro desse espaço.

Um terceiro desafio – e é um desafio para a Cidade – é saber como responder a essa realidade das carroças. Daqui a pouco, eles não terão mais a possibilidade de trabalhar, e é preciso criar outras alternativas.

O quarto desafio para a Cidade é a questão de dar um valor, um melhor destino a esses resíduos. Em nosso local, já estamos desenvolvendo esse trabalho. Nós constituímos, Secretário Záchia, uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um acordo de cooperação em que a universidade está trabalhando para permitir, tecnicamente, que esses resíduos tenham a possibilidade de serem transformados em artefatos, com certificação. Como o laboratório de ensaios da Engenharia da UFRGS já está, há um ano, nos auxiliando, nós já conseguimos certificar os blocos para alvenaria; agora nos falta certificar os blocos para a pavimentação. Inclusive, Secretário Záchia, nós

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

estivemos na SMAM, antes da sua posse, ainda com o então Secretário Garcia, que nos recebeu, deu-nos uma série de ideias; o Adeli, no DMLU, já nos recebeu; já tivemos reuniões com a Secretaria de Governança, e esse assunto anda bem. Até peço que a Presidenta Sofia possa nos incluir também nesse grupo que discutindo a questão da Semana do Meio Ambiente, para a gente poder colaborar nesse sentido.

O Governo Municipal está colaborando com o Projeto; ontem, o Prefeito ratificou essa colaboração, com a ideia de destinar os recursos, que já haviam sido gravados no Orçamento. Nós estamos mostrando os produtos que a gente produz lá, os agregados também que são produzidos por nós.

Sobre compromisso socioambiental, a ideia é de que esse Projeto sirva como modelo para o resto da Cidade, na medida em que, se fizermos um outro piloto que transforme resíduo em artefato na Região Norte e na Região Leste, nós teremos condições de possuir aí excelentes experiências-piloto que poderão, pouco a pouco, progredir talvez para os centros atuais de triagem, que fazem a triagem de um material com menor valor agregado. Daqui a pouco, os centros de triagem que hoje têm dificuldades para sobreviver podem vir a se converter. É evidente que precisa ser feita uma discussão com esse segmento, mas é uma possibilidade. E aí tu crias um destino próximo da fonte do resíduo, e essa é a nossa contribuição para a Cidade, ou seja, além de gerar renda para a Região, criar um mecanismo que a Cidade possa disponibilizar desse trabalho já desenvolvido.

Então, aqui não há mais nada além do que já falei, apenas detalhes da legislação.

Só estou encerrando aqui, porque há mais uma transparência. Isso está alinhado com a Resolução 307, do Conama. É a questão da Cidade, a nossa contribuição. A Solidariedade, que é a entidade gestora do Projeto, a Universidade Federal, a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Região e a própria entidade. Então é isso. Nós queremos contribuir com esse debate, esperamos estar juntos nessa discussão e que a Câmara possa manter aquela determinação que a própria legislação diz, ou seja, dar a destinação que tenha preferência para um valor social desse agregado. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Sergio, parabéns. Registro a presença do Ver. Carlos Todeschini. Convido o Sr. Ivan Henrique Pedrotti para sua manifestação.

O SR. IVAN HENRIQUE PEDROTTI: Boa-noite a todos. Quero me dirigir à Mesa, ao Presidente da Câmara, ao Secretário da SMAM, ao representante do Sinduscon, do DMLU, aos nossos colegas, enfim, a todos. Eu venho reivindicando, há cinco, seis, sete, oito anos, um aterro para Porto Alegre. Secretário, o senhor assumiu em janeiro, mas acredito que o senhor, como homem público, tivesse outras atribuições. Eu fiz ofícios destinados ao Secretário Beto Moesch em 2005, em 2006, em 2007, em 2008 e outros mais. Tantas reuniões nós fizemos com o Adelino, com a Alessandra, com o Alceu, com o pessoal do DMLU – sempre em cima do mesmo Projeto de aterro para a construção civil –, com o representante do Sinduscon, tantas e tantas vezes com o Paulo Garcia... Estivemos juntos no Projeto da Geração de Resíduos com o Paulo Garcia. Eu falava para o Paulo que o papel aceita tudo, mas a prática é diferente, bem diferente!

Eu acho que o Sinduscon está muito inerte em relação ao que vem acontecendo na construção civil. Tem que ser mais participativo, tem que tentar achar soluções junto com a SMAM, com o DMLU, com nós, da Associação de Transporte de Caçambas Estacionárias de Porto Alegre, porque, hoje, as nossas empresas não valem nada, não têm mercado, ninguém quer, ninguém compra, por quê? Nós trabalhamos há 10, 12 anos, resolvendo o problema da construção civil, e não somos valorizados; nós somos perseguidos pelo Batalhão Ambiental. Quase todos aqui tiveram caminhão apreendido. Nós ficamos, de quatro a cinco anos, praticamente, quando fechou o Aterro de Inertes João Paris, em 2005, nós só tínhamos o Aterro Serraria. O pessoal daqui e da Zona Norte não iam à Serraria. Então, nós não tínhamos, nós estávamos ao relento, sem nada. O Adelino sabe bem, a Alessandra.

Então, estou aqui reivindicando de novo. Eu me afastei um pouco, porque eu cansei. Agora, o Secretário me deu um ânimo de novo. Vai estar presente, quem sabe nos dá uma solução, que é o que precisamos. Nós, todas as empresas que estão aqui, 20, 30, 40 empresas, nós somos solidários, nós não queremos trabalhar que nem bandido, ninguém quer isso. Nós temos firma registrada, funcionários, empresas; nós pagamos nossos impostos e nossas obrigações, só que queremos trabalhar e ter condições para trabalhar. Há a Central de Resíduos Ábaco, beleza, licenciada. Experimentem amanhã, liguem para a Central de Resíduos Ábaco, perguntem qual é o material que ela recebe. Terra e calça, se for limpa. E por “limpa” entende-se na classificação dele; se houver uma madeira, um

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

ferro, um plástico, não é limpa. Aí, eles nos cobra (*sic*) 84 reais o metro cúbico. Um *container* custa 350 reais, fora o custo da empresa. Um *container* vai custar 500 reais. Quem é que vai pagar? Qual é a construtora que vai pagar 500 reais por um *container* para tirar o material da obra? Nenhuma! Então, o problema é sério, é gravíssimo! A Prefeitura de Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público têm que estar juntos. Não adianta a SMAM e DMLU acharem a área, e o Ministério Público trancar. Não adianta, isso não vem ao caso. Tem que unir forças para resolver, porque não adianta a Prefeitura liberar Projeto da Copa, e ninguém estar preocupado com o meio ambiente, ninguém estar preocupado com o resto. Tudo bem, sai terra, sai calça, mas e o resto, a madeira, o plástico, o papelão, tantas outras coisas que ninguém quer? Vão para onde? Vão para o riacho Ipiranga, para, depois, o DMLU ir lá e retirar? Vai para as praças e, depois, gasta dinheiro de novo, para o DMLU retirar! Não, ninguém quer isso! E nós estamos sendo perseguidos. Tantas e tantas empresas foram aqui perseguidas, porque não tinham onde botar e tinham que trabalhar, porque investiram no caminhão, investiram em *containers*. Vai parar? Não vai parar. Então, é gravíssimo. Em Porto Alegre, se não houver uma solução urgente para a Copa do Mundo, vai ter calça, terra espalhada rua por rua. E o Adelino e o Montes vão estar presos lá no presídio. E aí vai ficar feio para Porto Alegre.

Eu acho... Ou deve haver uma solução radical, a Prefeitura trancar a obra, não liberar mais obra! Simples, não vai mais gerar! Não tem onde botar! Cumpra a Resolução 307, de 2002, do Conama. O gerador do resíduo é responsável pelo resíduo que gera. A construtora tem que indicar o local! Se ela não indicar o local condicionado à empresa que vai tirar, não libera a licença da obra! Ou vai ser radical – e aí Porto Alegre vai parar -, ou nós vamos ter material na rua.

Estou mais uma vez aqui. Eu tinha dito para mim mesmo que não ia mais me envolver, porque eu estou há cinco, seis, sete anos e eu estou cansado, mas me ligaram para eu vir, e eu vim. Acho que todo mundo deve unir forças – o Ministério Público, a SMAM, o DMLU, a Câmara Municipal de Vereadores, o Estado do Rio Grande do Sul em si... Porque não é só cobrar impostos, não é só isso. Nós, as empresas, não tem ninguém por nós, e nós precisamos de alguém. Nós precisamos de local. A única empresa que nos fiscaliza, hoje, é a EPTC. Os *containers* na rua da Lei do nosso amigo Vereador, foram criados os *containers*. Se eles estiverem mal pintados, serão recolhidos, pagamos R\$

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

1.100,00. A maior multa de trânsito é quinhentos e poucos reais; nós pagamos R\$ 1.100,00 por um *container* estar mal estacionado. Então, nós somos cobrados de novo pela EPTC, além do DMLU, SMAM, Polícia Estadual, Federal, Capitão Rodrigo e companhia.

Então, nós precisamos de ajuda, e eu espero que esta seja a primeira de muitas reuniões para resolver o problema. Eu me coloco à disposição, e tenho certeza de que todas as empresas se colocam à disposição para achar a solução. Ninguém quer ser bandido, ninguém quer trabalhar ilegal, só que nós precisamos trabalhar, porque, hoje, nós estamos à deriva. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Esse é o nosso compromisso, Ivan. A Câmara vai mediar no que for preciso, mas eu tenho certeza de que o Governo Municipal está com isso presente.

O Ver. Sebastião Melo está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Caríssima Presidente, Secretário Záchia, amigos desta Audiência Pública, sintam-se todos saudados. O Ivan ainda me alcançava... Eu tenho ofícios muito anteriores a esse, mas eu assinei um ofício, em 2007, dirigido ao Ver. Elói Guimarães, que foi promovido... Não audiência pública, Presidente, mas, lá na CUTHAB, com várias Comissões, já tratando deste tema.

Que bom, Záchia, que você elegeu esse tema, já no início, como prioridade. É um desafio enorme da Cidade. É um bom problema. Primeiro, porque a construção civil brasileira responde por 18% do PIB. Significa que milhares de pessoas dependem do pedreiro, do carpinteiro, do mestre, do contra mestre. E, aliás, nesta Cidade está faltando mão de obra, tem vindo gente de muito longe. E as cidades têm crescido muito. Que bom! Há uma falta enorme de construção, especialmente para a baixíssima renda. O Poder Público, exemplo, o meu amigo Ernesto – que, inclusive, me disse o Luiz Afonso que houve um erro no convite – me disse, Záchia, que, quando estava fazendo essas obras de drenagem urbana, transferiu todo o seu inerte para a cidade de Canoas. Quer dizer, o Poder Público fazendo uma obra teve que transferir para Canoas. Ele me disse isso.

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

Eu acho que cidades, Presidente, sempre podem melhorar, independente dos recursos públicos, depende muito da parceria. Mas há um velho ditado, Záchia, que você conhece muito bem: a corda sempre estoura no mais fraco.

Eu tenho um carinho muito especial pelo Sinduscon, pelo Garcia, pelo Aita, muito especial, mas o Sinduscon tem que ser mais ativo nessa matéria, meu caro Rafael. Veja o seguinte: a lei é clara, concisa e precisa. Governo tem que ouvir, Governo tem que argumentar e Governo tem que decidir. Então, não podem os caçambeiros que moram na periferia estar levando a multa, e quem está na Carlos Gomes, prédios acarpetados, não leva multa! Isso não está correto, alguma coisa está errada nessa relação. Porque, cá para nós, eu não posso transferir para o Poder Público aquilo que não é do Poder Público. Imaginem, o Poder Público não consegue retirar todas as crianças da rua, não consegue dar consulta para todo mundo, mas vai ter que fazer um grande aterro e a construção civil ganhar dinheiro. Vamos na prática: vocês cobram 130, 140. O cidadão está fazendo uma casa, por exemplo, na minha rua tem uma construção, em uma rua sem saída, eu vejo que ele bota um contêiner na porta da casa, os companheiros que estão trabalhando, vão botando madeira, vão botando isso e aquilo, e aí vem um vizinho com o saco de lixo e bota lá. Isso é real, isso é verdadeiro. Aí vem um cara com a garrafa *pet* e bota lá. E aí vem o caminhão, inça, e leva para onde? Lá não dá para levar.

Olha, eu me elegi em 2000, estou nesta Casa desde 2001. Eu e o Beto Moesch, numa manhã, Governo da Frente Popular, nós fomos lá para poder fechar o aterro do Exército que funcionou o tempo todo sem licença ambiental. Aí fechou o João Paris. O sujeito que pegava o caminhão na Zona Norte não ia levar para a Zona Sul. Aí abriram lá o da Máquinas Condor, que também fechou.

Então, Záchia, eu quero aqui fechar o seguinte: eu acho que a audiência pública tem essa finalidade, não é para “tosa de porco, muito grito e pouco pêlo”, às vezes a audiência pública é um berreiro danado e não se produz nada. Eu acho que tu tens que pegar no *manche*, criar um grupo de trabalho, não deixar ninguém fora, a SMAM eu acho que comanda, junto com o DMLU, e vocês darem prazos e apertarem dos dois lados.

Eu não vejo, por exemplo, vou dar um exemplo: as empresas de ônibus não têm área para fazerem hoje as suas garagens, porque o planejamento urbano do Brasil hoje é muito ruim, não se planejou, não se deixou área para isso. Então, para eu tirar a VTC da esquina da Otto Niemeyer, para levar para o Campo Novo é uma batalha campal.

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

Hoje, cem por cento do lixo de Porto Alegre vai para o de Minas do Leão, para o de Canoas, o de Esteio, tudo é a mesma coisa, não tem um aterro licenciado na Grande Porto Alegre para o destino do lixo orgânico. Não tem, nem pela Prefeitura e muito menos pela Metroplan que é o órgão responsável metropolitano, e Porto Alegre produz mil toneladas de lixo orgânico diariamente, que vai para uma empresa privada, e não tem nenhum problema, às vezes é mais barato se for público.

Eu quero finalizar e dizer, Záchia, que o caminho é parceria, parceria, parceria. A Prefeitura não tem como assumir isso desse jeito. Agora, eu não acho justo, eu já estive com vocês em duzentos momentos, eu não acho justo, sinceramente, porque a regra é a seguinte: ele cobra os 130, e o primeiro beco que ele encontrar ele vai deixar o lixo, e deixa o lixo, na Vila Safira, na Nazaré, não sei aonde, ou até em praça. Isso é real, isso é verdadeiro. O Poder Público sabe disso! Os Vereadores sabem disso! Então, cá para nós, temos que colocar “o guizo no gato”, ou seja, temos que apertar os caçambeiros? Temos! Mas temos que apertar lá na ponta. Será possível que não botaram 0,01 a mais no metro quadrado da venda do apartamento? A Lei é clara, quem produz – Adeli, é assim ou não é? Está errado? Não, né? – tem que dizer. Essa sugestão do Ivan é muito boa. Eu acho que tu poderias criar lá, Záchia. Não libera projeto, enquanto não disser onde vai botar o destino final. Porque aí, meu amigo, vai se resolver o problema. Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Voltamos à manifestação da Mesa. O Rafael, do Sinduscon, está com a palavra.

O SR. RAFAEL LONZETTI: Nós não podemos aqui atribuir e imputar toda a responsabilidade da geração do construtor. Somos responsáveis – o construtor, o transportador e o Poder Público. Nós temos que encontrar soluções. Eu tenho duas propostas, mas, antes, eu quero salientar que não podemos parar a obra. Para que vocês tenham ideia, hoje a construção civil formal emprega 120 mil operários. E isso envolve as suas famílias. E mais 130 mil que estão na informalidade. Então, só aí são mais de 250 mil pessoas. Então, é demagogia dizer que vão parar a obra em função de que não há um local ou não se encontra um local para o destino final. Mas quero também colocar que as construtoras associadas têm um projeto de gerenciamento de resíduos sólidos, no qual

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

destaca o volume de resíduos que é gerado na obra e também o destino, tanto que isso é aprovado pela SMAM, senão não tem a liberação da obra. Então, existe o destino. A preocupação nossa é com a falta disso, é com a falta da área de destinação final. Eu gostaria de fazer uma referência ao Secretário Záchia e dizer que a gente tem conversado, temos, sim, uma pauta aberta dentro da SMAM, isso é claro, e precisamos construir em cima disso. A minha proposta, em função da gravidade do problema, e se for possível – e vai na linha do que alguns colocaram –, era formar um grupo de trabalho para construir uma solução. Nesse grupo entraria o Sinduscon, a SMAM, DMLU, transportadores, Ministério Público. Essa era uma proposta que eu faria, de nós fazermos um grupo de trabalho, para poder buscar alternativas, o mais urgente possível. E outra, que convém salientar, que a Lei nº 10847 ainda não está regulamentada. Eu acho que nós precisamos regulamentar essa Lei, para que a gente possa também colocar muitas ações em prática. Era isso que eu queria colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Rafael. O Mario Selli, Secretário de São Leopoldo, pediu para falar, nós estávamos encaminhando, mas, quem sabe, vem uma luz da Grande Porto Alegre. Vamos conceder alguns minutinhos, Mario.

O SR. MARIO SELLI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu sou funcionário do DMLU, e hoje estou cedido para a Prefeitura de São Leopoldo, sou Secretário de Limpeza Pública de São Leopoldo. Desde o início, observando tudo aqui, eu retornei ao ano de 2008, início de 2009, quando eu fui para São Leopoldo. Houve uma audiência pública lá, o problema era o mesmo, não havia área. A Adriane, que chegou para exercer uma função em São Leopoldo, sabia disso. A gente começou a buscar alternativas e a buscar conhecimento. Num desses locais que a gente foi, em Belo Horizonte, conversando, a gente viu o melhor modelo que a gente conseguiu copiar. Lá em Belo Horizonte, nunca me esqueço, tinha um senhor que era capataz de uma usina. Ele me disse: “Olha, vou te dizer uma coisa: nessa área de resíduos sólidos, não criaram nada novo; o bom é aquele que copia e aperfeiçoa.” Um capataz! Isso ficou gravado em mim. Eu disse que ia ver tudo que tinha de bom e tentar ver o que dá para criar em São Leopoldo. Chamamos os caçambeiros de São Leopoldo, nos reunimos com eles; chamamos o Sinduscon de São Leopoldo; a Secretaria do Meio Ambiente, agora não está

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

mais o Secretário Darci Zanini, nos reunimos e montamos um sistema baseado no (Inaudível.) da Cidade, e respeitando o Conama 307: o grande gerador é o responsável. Criamos cinco ecopontos para pequenos geradores, e uma central de tratamento e triagem do resíduo da construção e demolição fazendo parceria com uma cooperativa de catadores. Eu me reporto para Porto Alegre e imagino que São Leopoldo tem 215 mil habitantes. Se a gente for pegar uma região da cidade de São Leopoldo, ela se equivale – em densidade habitacional – à região Norte de Porto Alegre, em torno de 215 mil habitantes. Cinco ecopontos e uma central de tratamento. Os caçambeiros são parceiros na central de tratamento e triagem. Os caçambeiros, quando chegam lá, têm o pessoal da cooperativa que também subsidiam, com emprego, para fazer a triagem de todo o material; aí é separado o tijolo, calça limpa; e o que pode ser reaproveitado para venda, a cooperativa dos catadores faz isso.

Conseguimos aderir, através do Ministério das Cidades e através da Fundação Banco do Brasil, que está com uma linha de crédito muito boa para resíduos sólidos, o financiamento para construção de uma usina de beneficiamento de material da construção e demolição que vai ser depois repassada para a cooperativa dos catadores. Eles vão administrar todo o material agregado e a receita do que for vendido na usina vai ser transformado em trabalho e renda para eles.

Gente, eu não vim aqui para dizer que o melhor modelo que tem é em São Leopoldo. Eu vim aqui só para orientar vocês, dar uma luz para vocês. E isso que o Ver. Sebastião Melo falou, acho que é de extrema importância. Tem que sentar o Meio Ambiente, DMLU, caçambeiros, Ministério Público, Câmara de Vereadores e, através daí, ver projetos. A Adriane, eu a conheço há muito tempo, tem projetos muito importantes e muito bons para essa área. Muitos dos projetos que temos, em São Leopoldo, a gente pegou, inclusive, quando ela saiu de São Leopoldo, ela deixou lá.

É o que eu falei no início: nessa área de resíduos sólidos, nada se cria novo; o bom é aquilo que se copia e aperfeiçoa. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Mario. Foi muito importante, com certeza. A Sra. Adriane Alves está com a palavra.

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

A SRA. ADRIANE ALVES: Eu gostaria de reforçar a importância da sustentabilidade ambiental nos projetos. Ressaltar essa idéia do Mario, e que foi implantada em São Leopoldo, acho muito boa. Acho também que as unidades de beneficiamento de resíduos poderiam contemplar as duas coisas, uma parte para triagem, porque nós sabemos, como o Ver. Sebastião mesmo citou, que, embora o gerador separe seus resíduos na origem, muitas pessoas desavisadas ou mal educadas vão lá e misturam resíduos domiciliares e outros dejetos, animais mortos, etc., dentro de caçambas, e aí inviabiliza isso numa unidade de beneficiamento onde deve ter somente calça limpa.

Quero colocar também que em São Paulo, além do Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil ter sido aprovado, também foi aprovado um decreto que colocou a obrigatoriedade de incorporação do resíduo, do agregado, em obras públicas, a fim de reduzir o custo. Nós sabemos que sempre tem essa questão de custo. Então, nós poderíamos utilizar esse agregado juntamente com a Prefeitura em uma proposta de parceria, ou associação, ou investidor, quem quer que seja, e recolocar isso, melhorando a nossa qualidade de vida ambiental e melhorando também o saneamento na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Adriane.

O Sr. Adelino está com a palavra.

O SR. ADELINO LOPES NETO: Sra. Presidente, para encerrar, apenas algumas considerações. Primeiro, gostei do andamento da reunião, porque começamos com divergências nos pautando, e parece que a convergência e a proposta de que a gente resolva isso em conjunto é o que está dando andamento à reunião. Acho que, realmente, a saída é essa, nós já tivemos reuniões com o pessoal das caçambas diversas vezes, com a SMAM, e realmente precisamos de mais pessoas interessadas, principalmente gente, empresas, entidades que tenham aporte tecnológico e até mesmo financeiro para fazer isso. Acho que isso não se resolve com apenas um de nós e boa vontade. O DMLU tem tido tanta boa vontade que está contribuindo até com o problema de São Leopoldo. Não é por falta de boa vontade, se nós conseguimos contribuir para a solução do problema em São Leopoldo, acho que com mais razão podemos contribuir com Porto Alegre. Não acho que o problema de Porto Alegre, no estágio em que chegou, se resolva

pág. 27

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

apenas com tratativas com algumas associações, é preciso que o Poder Público e a iniciativa privada banquem uma solução e, agregado a isso, vamos dizer assim, parte desse processo pode ser feito através de catadores, sim, acho que a união de todos, inclusive desse segmento, pode nos levar à solução. Se sair daqui hoje um fórum em que se vá discutir isso com todos esses entes, acho que temos boa chance de ter uma solução em curto prazo, porque, seguramente, o resíduo da construção civil hoje é viável economicamente, sim, basta que a gente sente, acerte isso e ponha no papel. Boa-noite.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Secretário Fernando Záchia está com a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA: Presidente, queria cumprimentar a Câmara pela iniciativa, as senhoras e os senhores, todos aqui presentes que têm por objetivo fazer com que nós possamos conjuntamente encontrar caminhos e soluções, assumindo as nossas responsabilidades. Não tenha dúvida alguma que, no meu entendimento, a criação da comissão é positiva, enfim, todas as partes envolvidas, mas que possamos fazer isso de uma maneira extremamente objetiva, não ficarmos rodeando, discutindo, discutindo, e o tempo vai passando, o problema se intensificando, aumentando, e as soluções diminuindo.

Semana passada, fui a São Paulo exatamente para conhecer o modelo de São Paulo, que também encontrou essas dificuldades, mas está superando. Há incentivos cada vez maiores no aproveitamento, na reciclagem dos materiais, e, conseqüentemente, na medida que isso existe, começou a se tornar um bom negócio, economicamente falando. E aí há o interesse de diversos grupos e, através desse interesse, começaram a achar soluções para resolver o problema do RCC – Resíduo da Construção Civil. Aqui foi falado em Belo Horizonte, dizem que é o modelo mais ajustado, mais apropriado. São caminhos a serem percorridos por todos nós, o que não podemos é ficar numa disputa de indicar e responsabilizar determinados segmentos. Acho que todos nós temos uma participação, temos responsabilidades. A SMAM assume com absoluta tranquilidade a sua responsabilidade de licenciar, de priorizar esse exercício do licenciamento, por sabermos da importância, por sabermos do problema extremamente sério, grande. O DMLU está fazendo esforço, vejo a Associação agora tomando uma iniciativa – agora não, antiga,

pág. 28

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

mas tomando uma iniciativa – importante, de participar desta discussão, de tentar construir, não simplesmente provocar o Poder Público para que o Poder Público pudesse, unicamente ele, encontrar o caminho. O Sinduscon – o Rafael, seu Vice-Presidente, enfatiza isto – quer participar disso; sabe que existe e vive o problema, e nós queremos encontrar soluções.

Acho que tem esta Mesa; é indispensável a participação do Ministério Público, para que possa também haver esse entendimento, essa construção. Eu diria mais, Presidente: o Grupo Zandoná, que é hoje explorador da Pedreira Zocolotto, tem uma possibilidade muito grande de ser parceiro desse processo. E que nós possamos trabalhar em cima de um cronograma: datas, com posições muito claras, objetivas, para, de uma maneira conjunta, com todos assumindo as suas responsabilidades, certamente encontrarmos o caminho e a solução para o nosso problema.

Eu queria agradecer e cumprimentar, Presidente, a iniciativa, extremamente oportuna e, mais uma vez, parabenizar à Câmara Municipal por assumir também a sua responsabilidade de discutir o problema, mas a Câmara tem também a responsabilidade de prosseguir nessa discussão, na construção e na busca de soluções. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Secretário. Então, eu quero acolher os encaminhamentos. Quando nós recebemos os representantes da Associação dos Transportadores de Caçambas, já enxergávamos o problema na Cidade e, com certeza, alguns Vereadores acompanhavam aspectos pontuais. Vocês mesmos apontaram a preocupação com o *layout*, a identificação nas ruas, mas, de fato, um problema anterior muito grave ainda não estava tratado em conjunto pela Instituição. Nós estamos, então, acolhendo a proposta do Grupo de Trabalho, Rafael, Secretário, com o Sinduscon, SMAM, DMLU, transportadores, Câmara, Ministério Público. O Marcus lembra aqui que nós devemos envolver o Governo do Estado, e aí vamos ver quem eles definem, talvez a Sema ou outra Secretaria; e o Secretário Záchia sugere que o Grupo Zandoná seja ouvido em algum momento.

Então, a Câmara fica de guardiã desse Grupo de Trabalho. Nós já temos o tema pautado para o dia 2 de junho, quinta-feira, à tarde, para aprofundarmos alternativas. Aí é um debate temático da Câmara e, antes disso, nós queremos encaminhar para o Grupo de Trabalho, até acharmos soluções conjuntamente.

Pauta: Debater a destinação dos resíduos sólidos da construção civil em Porto Alegre.

Eu quero parabenizar a Associação dos Transportadores de Caçambas Estacionárias por provocar-nos, provocar esta Casa, assumir a responsabilidade e, principalmente, trazer a angústia de vocês, que realizam um trabalho fundamental. Todos nós poderemos dar depoimentos: eu estou saindo de uma reforma na minha casa, e certamente um de vocês foi contratado por mim, não sei qual, mas que eu tirei muita calça de lá, tirei. Então, quero agradecer, nós somos solidários.

O Ver. Beto Moesch pergunta aonde vai ser colocado. Eu não me liguei de perguntar aonde vai ser colocado!

Mas eu quero dizer que nós estamos trabalhando este ano com o tema de perseguir a realização das leis. Publicamos a Lei da Criança e do Adolescente, estamos olhando cada uma. Então, essa Legislação que já votamos aqui, é uma das nossas obrigações: ver como ela se realiza na vida. Então, essas várias audiências, como a das bicicletas, geraram Grupos de Trabalhos e já estão gerando ações. A gente está procurando dar consequências às demandas que chegam aqui. Muito obrigado pela presença de vocês, ficamos com o contato, nos cobrem para que este tema não perca a intensidade que vocês trouxeram para cá. Encerro os trabalhos da presente reunião. Boa-noite, bom descanso a todos. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às 21h16min.)